

Data e Local: 16 de junho de 2020, às 10h00min, por Webconferência.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os Conselheiros ausentes não justificaram suas faltas.

Convidados: **Bruno Januzzi**, Especialista em Regulação do Posto de Imbituba, Coordenador da Regional de Florianópolis, ambos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; **Capitão de Corveta (T) James Batista**, Delegado da Capitania dos Portos em Laguna (aguardando publicação da indicação para ser conselheiro), **Gilberto Barreto da Costa Pereira**, presidente do OGMO e do SINDOP (aguardando recondução como conselheiro); **Rafael Luiz Pereira**, Executivo da Refisa Indústria e Comércio Ltda (aguardando publicação da indicação para ser conselheiro), **Gustavo Andres Gorigoitia Vega**, Supervisor, e **Juliana Pizzato Cardoso**, Receita Federal; **Claudio Rosa**, empresa Santos Brasil; **Rogério de Matos Rodrigues Yamamura**, Gerente de T.I.; **Aristeu Cavalca**, Gerente de Operações; **Camila Kuminek de Amorim**, Gerente de SSMA; **Mairo Puccini Serralha**, Gerente de Obras; **Rui Roberti**, Gerente Comercial; **Clayton Hugo Cipriano**, Técnico Operação Logística; **Cleydson dos Santos Silva**, Assessor de Diretoria; **Géssica da Silva**, Agente Portuário – Comunicação, e **Mariana de Souza**, Estagiária da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, a **Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck**, Presidente do CAP, cumprimentou os Conselheiros e Convidados presentes e iniciou a reunião.

2. POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS:

Nesta reunião, foi empossado o **Sr. Daniel Dobrachinsky Plentz**, conselheiro suplente (do Sr. Jamazi Alfredo Ziegler), CPF n.º 889.051.790-53, designado pela portaria nº 1.235, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 8 de junho de 2020, foi indicado pela Administração do Porto de Imbituba - SCPAR.

3. APROVAÇÃO DA ATA RO 04/2020:

Inicialmente, a **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 04/2020. Dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeções e será assinada pelos Conselheiros presentes na próxima reunião presencial.

Adiante, iniciando as tratativas da ordem do dia, a **Presidente** passou a palavra para o **Sr. Rogério**, Gerente de T.I. do Porto de Imbituba, para tratar sobre o fluxo de caminhões nos *gates* e balanças.

4. FLUXO DE CAMINHÕES (*gates* e balanças):

Tomando a palavra, o **Sr. Rogério** iniciou sua fala argumentando que o tema envolve diferentes setores, sendo assim, abordou três itens mais relacionados a área de tecnologia da informação, quais sejam: sistema aduaneiro, web triagem e Aquisição dos equipamentos de TI para equipar a 3ª *gate* da Portaria 2.

Após o **Sr. Antonio Carlos** discorrer sobre a importância do tema em pauta, o **Sr. Rafael Pereira** complementou-o falando do sistema de triagem, cujo o software é bom, no entanto, precisa de ajustes para diminuir as suas inoperâncias (queda de sistema). De modo geral, pontuou que o fluxo dos caminhões têm melhorado, pois, no passado, os problemas eram mais recorrentes.

Retomando a palavra, o **Sr. Rogério** justificou que, é mais comum o sistema apresentar falha de acordo com o volume de operação portuária, ou seja, lentidão e queda do sistema estão relacionados com a maior movimentação de carga. Informou aos presentes que está sendo contratado uma empresa especializada para realizar o diagnóstico, o qual irá apontar as falhas e como devem ser corrigidas.

Adiante, a **Sra. Rita** sugeriu que o diagnóstico seja apresentado ao CAP, para que eventualmente, os operadores portuários possam contribuir.

Tomando a palavra, o **Sr. Antonio Carlos** ratificou a importância deste assunto, existe um crescimento constante na movimentação do Porto, diante deste cenário, os problemas recorrentes precisam ser resolvidos rapidamente. Neste sentido, sugeriu que seja criado um grupo de trabalho com cada representante dos setores, pois além de engrandecer os trabalhos, “queimará” muitas etapas.

Em seguida, dando continuidade a sua apresentação, o **Sr. Rogério** falou sobre o item 3 referente ao terceiro *gate* da portaria 2, onde o problema está relacionado com a falta de equipamentos, informou que iniciou orçamentos no início do ano, mais a pandemia atrapalhou as visitas técnicas e, com isso, o recebimento de orçamentos.

Após os participantes discutirem sobre o assunto, a **Sra. Rita** sugeriu entrar em contato com o Porto Mucuripe de Fortaleza, pois recentemente o mesmo teve que atender algumas demandas da Receita Federal e contratou muitos equipamentos.

Através do *chat*, o **Sr. Gustavo Gorigoitia**, encaminhou o contato da empresa GTT Logistic (3209 2003) de Florianópolis, para implantação do sistema OCR. Já o **Sr. Rafael** sugeriu entrar em contato com empresas que fornecem balanças, pois elas normalmente trabalham com itens de portaria.

Tomando a palavra, o **Sr. Gilberto** mencionou que é favorável a terceirização da prestação de serviços relacionados ao funcionamento das balanças, a intenção é trazer agilidade, uma vez que tem-se identificado uma série de dificuldades para instalação/automatização das atuais balanças, as quais estão sob gestão da SCPAR, empresa pública que depende de licitação para a contratação dos serviços.

O **Sr. Antonio Carlos** ratificou a fala do Sr. Gilberto e reforçou que é possível melhorar o fluxo a partir de alternativas paralelas, os próprios operadores podem se organizar melhor quanto ao fluxo de caminhões nos dias de operação com mais de um navio.

Adiante, abordando o item 4, terceira pista da VP2, o **Gerente de Obras**, mencionou que um trecho desta obra foi entregue recentemente, a princípio, ela atende a entrada da Fertisanta. Ainda é necessário finalizar a sinalização, pois estão sendo licitados os pórticos para a fixação de placas. Para concluir a obra, faz-se necessário a extensão da terceira pista da VP2 até as balanças (item 5 da apresentação), para que isso ocorra deve ser realizado a negociação contratual com a Santos Brasil.

Tomando a palavra, após o **Sr. Rui** apresentar o Sr. Claudio Rosa, novo gerente da Santos Brasil em Imbituba, informou que, em breve, junto com a diretoria executiva iniciaram as tratativas sobre este tema.

Em relação ao item 6, que refere-se as balanças, o **Sr. Mairo** comentou sobre o desafio de manter as quatro balanças operando, frequentemente algum dos equipamentos apresenta problema. A equipe está estudando soluções para diminuir o tempo de inoperância das balanças, no momento, o Porto conta com um contrato da manutenção preventiva e

corretiva nas 4 balanças. Na prestação deste serviço não está incluso as peças de reposição, sendo assim, a intenção é criar um estoque dessas peças.

Adiante, após o grupo discutir sobre a importância das balanças, o **Sr. Fernando** pontuou que elas são indispensáveis para o desenvolvimento do Porto.

Retomando a apresentação, o **Sr. Aristeu** discorreu sobre o item 7, apresentando algumas dificuldades relacionadas aos profissionais terceirizados que atuam portaria 2. Citou a falta habilidade para operar o sistema, neste caso, para melhorar a relação com os funcionários e o próprio sistema, a solução perpassa pela realização de treinamento a serem realizados pela equipe de T.I. e Unidade de Segurança.

Finalizando a sua fala, o **Sr. Aristeu** apresentou um gráfico para ilustrar a quantidade de entradas e saídas de caminhões no dia 07 de junho. Também discorreu sobre pátio de triagem externa próprio, relatou que a ausência desta estrutura causa gargalos na portaria 2. Sendo assim, uma solução é viabilizar uma área externa para triagem.

Em seguida, o **Sr. Antonio Carlos** sugeriu que a equipe foque nas soluções de acordo com o prazo, pois algumas ações precisam ser imediatas. Sendo assim, é necessário identificar os problemas a serem sanados em curto prazo, e demais soluções a serem implantadas em a médio e longo prazo.

Neste sentido, o **Sr. José Roberto** relatou que a triagem externa não é a demanda prioritária (para hoje, a curto prazo), também mencionou que, conforme todas as manifestações dos conselheiros, todo o grupo é um “ente” só, ou seja, operadores portuários e autoridade portuária estão trabalhando juntos para otimizar o fluxo dos caminhões. Por isso, sugeriu duas alternativas: otimização dos *gates* e balanças e que os operadores deixarem de sobrecarregar das balanças da Autoridade Portuária.

Por fim, o **Sr. José Roberto**, sugeriu tomar cuidado com os clientes cativos, na sua visão, não se pode mexer no contexto para atender uma vaidade momentânea. Após, o **Sr. Antonio Carlos** concordar com a fala anterior, ele sugeriu que seja avaliado a possibilidade de estruturar um grupo para conduzir os trabalhos relacionados ao fluxo de caminhões.

Adiante, encerrando a discussão deste item da pauta, a **Sra. Rita** sintetizou em três encaminhamentos: (1) treinamento para uso do sistema; (2) definição do processo; (3) melhoria na gestão operacional.

Dando continuidade à análise da ordem do dia, a **Sra. Rita** passou a palavra para a Autoridade Portuária tratar sobre tarifas.

5. SISTEMA DE PROCEDIMENTOS DE REGULAÇÃO TARIFÁRIA DOS PORTOS (ProREP);

Inicialmente o **Sr. Cleudson** informou que o objetivo do sistema é cadastrar a estrutura tarifária de modo que seja possível fazer comparações entre os valores praticados pelos Portos. Sendo assim, o trabalho foi organizado em três de implantação do sistema ProRep, num primeiro momento, conforme Ofício-Circular nº 1/2019/SRG-ANTAQ foi realizado cadastramento das informações, em seguida foram efetivados o ajustes destes dados com base nos apontamentos da ANTAQ. Por fim, estruturou-se a equivalência/conversão da tabela atual para a padronizada.

Após a **Sra. Rita** questionar se a migração foi finalizada, o **Sr. Cleudson** informou que as informações foram fornecidas em tempo hábil, resta aguardar a análise da ANTAQ e se for o caso, realizar os ajustes demandados.

6. ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS TRATADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6.1 STATUS DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DO LEVANTAMENTO HIDROGRÁFICO:

Inicialmente, a **Sra. Camila** rememorou que a batimetria foi aproveitada para fins de atualização de documentos náuticos e o corpo técnico da SCPAr Porto de Imbituba está elaborando o projeto de balizamento.

Em seguida, a **gerente de SSMA** apresentou o grupo de trabalho para a elaboração do projeto, composto por ela e os seguintes membros: Mairo Puccini (GEROB/Eng. Civil), Luis Clasen (Eng. Mecânico), Piucco (Eng. Elétrico), Rui (GECOM) e o Prático Raphael (Ocean Safer). Para acelerar o processo de estabelecimento da sinalização náutica de forma permanente, visto o curto prazo para executar essa demanda, a equipe de trabalho pretende entregar ainda em junho o projeto para a Marinha contendo a perenização dos atuais sinais náuticos.

Complementando a fala da Sra. Camila Amorim, o **Sr. Mairo** salientou que os práticos sugeriram alteração na bóia encarnada, tal mudança será incluída no projeto.

Após o **Sr. Antonio Carlos** questionar sobre o prazo da entrega desta demanda, a **Sra. Camila Amorim** respondeu que seria dia 06 de agosto.

Em seguida o grupo discutiu sobre o tamanho de navio autorizado a operar em Itajaí e os navios tipos que podem ser autorizados a atracar no Porto de Imbituba num momento futuro.

A **Sra. Rita** questionou a média de prazo da Marinha, o **Sr. James** respondeu que o grande problema está no trâmite dos documentos e em seguida, recomendou novas simulações para a definição dos navios tipos que estariam aptos a atracar em Imbituba.

A **Sra. Camila Amorim** compartilhou em tela o fluxo das tramitações da documentação de acordo com a NORMAM-17/DHN da Marinha, o **Sr. James** esclareceu que também passa pelo Setor da Marinha em Rio Grande.

Finalizando as tratativas, a **Sra. Rita** sugeriu aguardar informação para a próxima reunião.

6.2 STATUS DAS TRATATIVAS SOBRE ACESSO DE PESSOAS E VEÍCULOS:

Tratando sobre o acesso de pessoas e veículos, o **Sr. Cleudson** discorreu sobre o Processo PIMB 3268/2019 nele está centralizado as discussões sobre o tema, está instruído com e-mails, atas de reunião, contribuições. Em seguida, apresentou a relação dos últimos passos realizados, tais como: estruturação da minuta; rodadas de revisão pela comissão de sistematização; recepção das contribuições internas; recepção das contribuições externas; análise das contribuições (em andamento).

Em seguida, o **Sr. Cleudson** destacou que a rito final desta demanda: após a consolidação da minuta da NAPV será efetuado relatório final com a exposição técnica da norma consolidada encaminhado à Diretoria do Porto de Imbituba para deliberação e demais encaminhamentos, sendo que a previsão para a publicação da norma é até 10/07/2020, ou seja, teremos novidades na próxima reunião do CAP.

Adiante, o **Sr. Cleudson** contextualizou aos presentes que, o sistema de acesso está em teste, pretende-se aperfeiçoar internamente e em breve ele será disponibilizado para a comunidade.

Após a **Sra. Rita** questionar qual seria a formalização implementada pela a Autoridade Portuária após ser concluído este trabalho, o **Sr. Cleudson** respondeu que, após a reunião com a deliberação da Diretoria Executiva, o próximo passo é a publicação.

Por fim, a **Sra. Marlei** informou que, antes da norma ser publicada, vai ser passado o *feedback* das alterações que foram acatadas durante todo o processo.

No final da reunião o **Sr. Gilberto** retomou o assunto da NAPV, considerou que todas as normas do porto que tem vida longa foram discutidas e assimiladas as sugestões, com isso, antes da divulgação final da aprovação e publicação, tiveram uma revisão final, com a participação dos usuários.

Naquela oportunidade o **Sr. Giberto** também solicitou que seja considerado três aspectos básicas na norma de acesso: (1) sábado e domingo são dias úteis para o Porto de Imbituba, não se pode ter procedimentos diferentes; (2) intensificação da participação da área de T.I. na automação de todos os processos; (3) não temos nível 2 de funcionamento do Porto em termos de enfrentamento de terrorismo, nós temos um dia-a-dia comercial sem nenhum cenário de risco social, econômico e político. Sendo assim, temos que ter uma norma de acesso que assegure a Autoridade Portuária, os controles de segurança que ela precisa ter, mais que seja um facilitador de negócios.

Dando continuidade análise da ordem do dia, a **Presidente** do CAP passou a palavra para a Autoridade Portuária tratar sobre o PDZ.

6.3 STATUS DO PDZ DO PORTO DE IMBITUBA:

Dando início a pauta referente ao pdz do Porto de Imbituba, a **Sra. Marlei** informou que, após o recebimento do Ofício 15/2020, da SNPTA, entrou em contato com a Faepesul, sendo que os ajustes necessários já foram efetivados, resta agora encaminhar para Brasília, cujo prazo de envio é amanhã, quarta feira, dia 17 de junho de 2020.

Adiante, apresentou em tela o documento complementar que será encaminhado junto com a versão atualizada do documento descritivo. Estas planilhas contêm o cruzamento dos planos de ações a serem executadas, tanto aqueles previsto do Plano Mestre, quanto no PDZ.

Tomando a palavra, o **Sr. Ademar** recomendou que acionem novamente as equipes técnicas do IGAP para deixar a documentação pronta para submeter o processo a SNPTA.

O **Sr. Elivelton** informou que já tem toda a documentação necessária, está somente aguardando as pendências do PDZ e algumas pequenas pendências na Lei 13.303/2018.

Em seguida, após o grupo comentar sobre a dificuldade da SNPTA aprovar o PDZ do Porto de Imbituba e discutir sobre a Portaria MINFRA nº 61, de 10 de junho de 2020, a **Sra. Rita** informou que, caso necessário novos ajustes, o porto precisará providenciá-los uma vez que tem demorando para dar os encaminhamentos com base na portaria publicada anteriormente. Por fim, a **Sra. Rita** se colocou à disposição para identificar o impacto da nova portaria nos trabalhos do Porto de Imbituba.

6.4 STATUS DA OBRA DA BR 285:

Iniciando o último item da pauta, que trata sobre o *status* da obra da BR 285, o **Sr. Rui** informou que foi realizada uma reunião com o DNIT de Brasília, no dia 10/06/2020. Deste encontro participaram o Sr. Alisson Jobim, Coord. de Acompanhamentos de Obras (DNIT/BSB); o Sr. Willian Benke, Assessor do Diretor Infraestrutura Rodoviária; o Sr. Anderson Moreno, Coordenador-Geral de Gestão e Controle - Substituto (SNPTA); o Sr. Cleydson, Assessor Técnico de Diretoria; (Autoridade Portuária) e o Sr. Antônio Carlos, Conselheiro CAP.

Adiante, o **Sr. Rui** salientou que, durante a reunião, no que tange às obras do lado Catarinense, confirmou-se estarem prontas até dezembro. Em relação ao trecho gaúcho, o termo de referência está pronto, aguardando a disponibilização de recursos, para que seja, de acordo com as normativas, lançado o processo licitatório. A princípio, a verba destinada a este trecho da obra foi direcionada ao Ministério da Saúde devido a pandemia do novo coronavírus.

O **Sr. Rui** sugeriu utilizar o “selo” do CAP, para tentar articular com a bancada gaúcha, a possível reversão desta situação.

Após a **Sra. Rita** questionar se os membros da reunião discutiram sobre algum encaminhamento via CAP, por exemplo, ofício, o **Sr. Rui** respondeu que, a princípio, o que fizeram após a reunião foi um *brainstorming* a respeito de como poderiam abordar a bancada gaúcha, que, por sua vez, teriam força para quem sabe reverter essa provisão financeira proporcionada pela MP 941, ou seja, sem esses R\$ 8.000.000 (oito milhões) a licitação não sai.

Encerrando este item da pauta, ficou acordado que os **Srs. Rui e Antônio Carlos** devem alinhar e apresentar na próxima reunião do CAP uma proposta de abordagem para tratar sobre a BR 285.

7. ASSUNTOS GERAIS:

7.1 PLANO DE OCUPAÇÃO:

Inicialmente, o **Sr. Gilberto** sugeriu que seja dada a atenção ao plano de máxima ocupação, o que o Porto de Imbituba pensa da sua capacidade de movimentação a médio e longo prazo.

Se mostrou preocupado quanto a afirmação do Sr. Cleydson sobre a informação que 40% das áreas estão disponíveis para arrendamento, discutiu sobre o congestionamento do cais, ou seja, precisa de retroáreas e um arrendamento naquele local irá conturbar.

7.2 INDENIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO OGMO AFASTADOS:

O **Sr. Gilberto** informou que está aguardando um posicionamento da holding sobre a indenização dos trabalhadores que foram afastados pela medida provisória 945, maiores de idade, doentes pelo COVID-19. Falou que os outros portos estão avançando no que tange aos convênios e pagamentos ao OGMO desta indenização, mas os portos de Santa Catarina ainda não tem o convênio firmado.

Tomando a palavra, o **Sr. Ademar** ressaltou que irá levar as questões sobre o COVID-19 e o plano de desenvolvimento para discutir com o Sr. Joel na SCPar Holding.

Finalizando a sua fala, o **Sr. Gilberto** solicitou que o CAP fizesse o acompanhamento deste processo.

8. ANOTAÇÕES SOBRE A PRESENÇA DOS CONSELHEIROS:

O **Sr. Rafael Pereira** informou, através do *chat*, às 12:50 sua saída por conta de compromissos e agradeceu a atenção de todos.

9. ENCERRAMENTO

Não havendo mais manifestações, a **Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck** encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. A Secretária do CAP do Porto de Imbituba, por sua vez, redigiu a presente ata de modo a submetê-la à aprovação dos Conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Rita de Cássia Vandanezi Munck	Titular
Sônia Pires Inácio	Titular
Jorge Rosenfeld Kroeff	Titular
Jamazi Alfredo Ziegler	Titular
Daniel Dobrachinsky Plentz	Suplente



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Ademar Dutra	Suplente
--------------	----------

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

José Roberto Martins	Titular
Antônio Carlos Bandeira Guimarães	Suplente

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Fernando de Farias	Titular
Elivelton Luiz Dore	Suplente

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer	Secretária
------------------	------------